



Tópicos, Revista de Filosofía

ISSN: 0188-6649

kgonzale@up.edu.mx

Universidad Panamericana

México

Veloso, Cláudio William  
Réplica a: el argos logos y su refutación por Crisipo  
Tópicos, Revista de Filosofía, núm. 28, 2005, pp. 255-271  
Universidad Panamericana  
Distrito Federal, México

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323027317006>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

## Réplica a: El *argos logos* y su refutación por Crisipo

Cláudio William Veloso  
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Antes de tudo, quero agradecer a Ricardo Salles o convite para esta Oficina, bem como a escolha para a réplica à sua comunicação. Devo acrescentar, todavia, que não sou um estudioso do estoicismo, de modo que me limitarei ao que conheço melhor, ou seja, Aristóteles. A esse propósito, tenho duas observações a fazer, que dizem respeito às seguintes questões:

1. o sentido geral de *De int.* 9;
2. o papel da deliberação em *De int.* 9.

### 1. O sentido geral de *De int.* 9

Discordo daqueles intérpretes que acreditam que em *De int.* 9 Aristóteles admita uma exceção ao princípio de bivalência ou ao princípio do terceiro excluído (cf. Salles, p. 236)<sup>1</sup>. Não entrarei aqui nas razões do debate contemporâneo acerca da famigerada batalha

---

<sup>1</sup> MIGNUCCI, M.: "Logica", em BERTI, E. (a cura di): *Guida ad Aristotele*, Bari-Roma: Laterza, pp. 47-101, observa (p. 54) que a limitação do princípio de bivalência não necessariamente comporta a do princípio do terceiro excluído.

naval<sup>2</sup>, mas tenho a impressão de que esteja no mesmo plano da questão da *kátharsis* na *Poética*: ambos os debates são exteriores a Aristóteles. Aliás, se no primeiro, que remonta ao Renascimento italiano, é facilmente detectável uma influência neo-platônica<sup>3</sup>, no segundo —que começa com Ross<sup>4</sup> e Lukasiewicz<sup>5</sup> nos anos 20 do séc. XX— haveria justamente uma influência estoíca<sup>6</sup>.

Para desmentir esses intérpretes bastaria lembrar algumas passagens aristotélicas, onde se diz categoricamente que toda afirmação ou que toda negação é verdadeira ou falsa. Uma está, aliás, em *De int.* 10, 20a 34, ou seja, no capítulo imediatamente

<sup>2</sup> Para um panorama sobre a bibliografia, ver Appio GROSSATO, “La critica del capitolo 9 del *De interpretatione* di Aristotele mediante la logica formale moderna”, em ZADRO, A. (a cura di): *Aristotele. De interpretatione*. Napoli: Loffredo 1999, pp. 397-443.

<sup>3</sup> A tal propósito, ver o meu «Depurando as interpretações da *kátharsis* na *Poética* de Aristóteles», *Sintese* XXXI-99 (2004), pp. 13-25; especialmente p. 20.

<sup>4</sup> Cf. ROSS, D. (a revised text with introduction and commentary by): *Aristotle's Metaphysics*, 2 voll., Oxford: Clarendon Press 1997 (1924); vol. I, p. lxxxii.

<sup>5</sup> Cf. LUKASIEWICZ, J.: *Estudios de Lógica y Filosofía*, selección, traducción y presentación de Alfredo Deaño, Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente 1975 (a partir da seleção de L. Borkowski traduzida em inglês: *Selected Works*, Amsterdam-Varsóvia: North-Holland Publishing Company e Panstwowe Wydawnictwo Naukowe 1970). Na verdade, a posição de Lukasiewicz acerca da contribuição de Aristóteles para a lógica não-bivalente não é nítida e nem sempre foi a mesma, como salientou GOURINAT, J.-B. em sua conferência “Le *De interpretatione* et la logique contemporaine non-classique” (Séminaire Léon Robin, Université de Paris IV, 20 de Fevereiro de 2004). Na “Aula de despedida” (p. 37) de 1918 e no artigo “Sobre a lógica trivalente” (p. 41) de 1920, Lukasiewicz considera a lógica trivalente como não-aristotélica, enquanto em “Sobre o determinismo” (p. 58) —texto de 1946 publicado apenas em 1961, mas versão revisada de uma conferência de 1922— ele considera que ARISTÓTELES, em *De int.* 9, solapa o princípio de bivalência —e não tanto o do terceiro excluído. E em “Observaciones filosóficas sobre os sistemas polivalentes de lógica proposicional” (p. 83), de 1930, ele sugere que os sistemas polivalentes não seriam não-aristotélicos, e sim “não-crisipeus” (*sed* p. 84). Em todo caso, Aristóteles só teria chegado perto de uma concepção lógica polivalente, segundo *Aristotle's Syllogistic from the Standpoint of Modern Formal Logic*, Second Edition enlarged, Oxford, Clarendon Press 1957 (1951); p. 205.

<sup>6</sup> Sobre a relação entre os estoícos e Aristóteles, cf. BOERI, M.: “Aristóteles, el Estoicismo Antiguo y lo que depende de nosotros”, *Méthexis* X (1997), pp. 161-72.

posterior ao cap. 9<sup>7</sup>. Mas é bom mencionar sobretudo a explícita extensão da bivalência às asserções futuras acerca de individuais presente em *DA* III 6:

Mas, então, pelo menos, a falsidade ou verdade está não somente [em dizer] que Cléon é branco, mas também [em dizer que] que era ou será (*éstei*)<sup>8</sup> [*sc.* branco] (*DA* III 6, 430b 4-5).

Mas vejamos o *De interpretatione*. Tem razão Whitaker<sup>9</sup> (p. 109; 131) quando observa que a questão das asserções futuras acerca de individuais deve ser examinada no interior do contexto do pequeno tratado, mais especificamente dos cap. 7-9; e não como se o cap. 9 fosse uma espécie de tratado independente sobre o fatalismo.

#### *De int.* 4-6

No cap. 6 Aristóteles estabelece a noção de *pares contraditórios*, ou seja, as afirmações e negações que se opõem entre si. Mas Aristóteles já havia dito, pelo menos a partir do cap. 4, que toda frase assertiva é passível de ser verdadeira ou falsa:

E frase (*lógos*) é um som vocal capaz de significar, do qual alguma das partes é capaz de significar em separado, como enunciação (*phásis*), e não como afirmação (*katáphasis*) [...] E toda frase é capaz de significar, não, porém, como um instrumento, e sim, como foi dito, segundo uma convenção. E nem toda [frase] é assertiva, mas [é assertiva] aquela em

<sup>7</sup> Cf. *De int.* 2, 16b 1-5; *Met.* Gamma 4, 1055b 1 s.; 7, 1011b 28; *Cat.* 10, 13a 37-b; 4, 2a 7-10. Cf. WHITAKER [1996], p. 126.

<sup>8</sup> No manuscrito X (Ambrosianus H 50, séc. XII-XIII) temos *esti*, 'é', segundo o aparato de JANNONE, A. (*texte établi par*) e BARBOTIN, E. (*trad. et notes de*), *Aristote. De l'âme*, Paris, Les Belles Lettres 1989 (1966). Mas a frase não teria sentido nesse caso.

<sup>9</sup> WHITAKER, C.: *Aristotle's De interpretatione. Contradiction and Dialectic*, Oxford: Clarendon Press 1996.

que está presente o estar no verdadeiro ou no falso, e nem em todas está presente. Por exemplo, o pedido [é] sim uma frase, mas [não é] nem verdadeira nem falsa. As outras, então, sejam deixadas de lado, pois a investigação é mais apropriada à [técnica] oratória ou à compositiva [*i.e.* poética], enquanto a assertiva cabe ao presente estudo (*De int.* 4, 16b 26-17a 7)<sup>10</sup>.

M. Kneale<sup>11</sup> (p. 48) observa que, quando Aristóteles diz que verdadeiro e falso são predicados apenas de frases assertivas, isso pode significar que só estas são capazes de ser verdadeiras ou falsas mas não que todas o são necessariamente. Todavia, não parece ser esse o sentido da passagem acima mencionada: Aristóteles parece entender, antes, que são assertivas *apenas* as frases passíveis de verdade ou falsidade. De resto, é possível apenas unir ou separar (cf. *De int.* 1, 16a 12-3). Por conseguinte, asserções não verdadeiras ou falsas simplesmente não seriam asserções, senão por homonímia.

De qualquer forma, no cap. 5 ficamos sabendo que as asserções são afirmativas ou negativas. Já no cap. 1, havia sido dito que o verdadeiro e o falso dão-se acerca de uma reunião e de uma divisão (ou separação) (16a 12-3). Com efeito, a asserção afirmativa atribui algo a algo (*ti katà tinós*), enquanto a negativa mantém algo separado de algo (*ti apò tinós*). Assim é, pelo menos, a asserção simples (5, 17a 20-1). É no cap. 6, então, que finalmente é mencionada a contraditoriedade. Digo 'finalmente', pois, como observa Whitaker [1996] (p. 2)<sup>12</sup>, os *pares contraditórios* constituem o principal assunto do *De interpretatione*, o que, aliás, confere a essa

<sup>10</sup> A partir do texto grego estabelecido por MINIO-PALUELLO, L. (edidit): *Aristotelis Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press 1949.

<sup>11</sup> KNEALE, M.: "O *Organon* de Aristóteles", em KNEALE, W. e KNEALE, M.: *O Desenvolvimento da Lógica*, trad. port. de M. S. Lourenço, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 1972, pp. 25-114 (original em inglês: *The Development of Logic*, Oxford: Clarendon 1962).

<sup>12</sup> Mas já KNEALE, M. (*ibidem*).

obra uma forte preocupação com questões dialéticas<sup>13</sup>. Vale a pena ler todo o capítulo:

E afirmação é uma asserção de algo a respeito de algo, enquanto negação é uma asserção de algo à parte de algo. Mas, uma vez que é possível asserir o pertencente (*tò hupárkhon*) como se não pertencesse (*hos hupárkhon*) e o não pertencente como se pertencesse, bem como [asserir] o pertencente como se pertencesse e o não pertencente como se não pertencesse —e igualmente acerca [dos tempos] fora do agora—, seria possível tanto afirmar tudo o que se negou quanto negar tudo o que se afirmou. Por conseguinte, é evidente que para toda negação há uma afirmação oposta e que para toda afirmação há uma negação [oposta]. E isso seja a contraditoriedade (*antiphrasis*), a saber, afirmação e negação que se opõem. E digo que se opõe a do mesmo a respeito do mesmo, mas não por homonímia; e acrescentamos todas as outras coisas desse gênero relativas aos distúrbios sofisticos (6, 17a 25-37).

Aqui está estabelecido o que Whitaker (p. 79) chama de "Regra dos Pares Contraditórios" (doravante RPC), a saber: de todo par de asserções contraditórias, uma é verdadeira, enquanto a outra é falsa. E, segundo Whitaker (p. 111 s.), os capítulos seguintes estudariam, então, exceções a essa regra, e não ao Princípio de Bivalência (doravante PB). Todavia, eu não vejo como questionar a RPC sem questionar o PB. E, *pace* Whitaker (p. 202), tampouco vejo como questioná-los sem questionar o Princípio de Não-Contradição (doravante PNC)<sup>14</sup>.

É preciso reconhecer com Whitaker que a RPC não coincide com o PB. Com efeito, o PB concerne a uma asserção tomada

<sup>13</sup> Diversamente DE RIJK, L.: *Aristotle. Semantics and Ontology*, vol. I (*General Introduction. The Works on Logic*), Leiden-Boston-Köln: Brill 2002; p. 91.

<sup>14</sup> Cf. HINTIKKA, J.: "The once and future sea fight: Aristotle's discussion on future contingents in *De interpretatione* 9", em *Time & Necessity. Studies in Aristotle Theory of Modality*, Oxford: Clarendon Press 1975 (1973), pp. 147-78 (primeira publicação: *Philosophical Review* 73 (1964), p. 461-92), p. 148.

individualmente, enquanto a RPC concerne justamente a pares de asserções. Não obstante, parece-me inegável que a RPC derive diretamente do PB e, mais em geral, da natureza da frase assertiva. Ou melhor, entre a RPC e o PB haveria uma implicação recíproca, e ambos têm sua própria base ontológica no PNC. Assere-se afirmando ou negando, e tudo o que se afirma pode ser negado, e vice-versa. Se é verdadeiro atribuir o branco a Sócrates, necessariamente será falso recusá-lo, e vice-versa, visto que Sócrates não pode, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, ser branco e não ser branco. E desde já —é bom notar— esse princípio é estendido aos tempos diferentes do tempo presente.

Por conseguinte, ao contrário do que acredita Whitaker (p. 80 s.), os capítulos sucessivos, a saber, os capítulos de 7 a 9, não abrem exceções nem ao PB nem à RPC. O objetivo deles é, antes, o de reafirmar esses princípios, esclarecendo os casos que apenas *aparentemente* os desmentem. Com efeito, assim como a frase que violar o PB simplesmente não é assertiva, a asserção que violar a RPC, simplesmente não é contraditória, senão por homonímia.

### **De int. 7**

No cap. 7, trata-se de mostrar que em certos casos só aparentemente temos um par contraditório (cf. Zadro, p. 242). É o que acontece quando se assere acerca de universais de maneira não universal.

Aristóteles, nesse capítulo, distingue três tipos de afirmação/negação. Podemos afirmar ou negar algo: 1) de coisas individuais (por ex. "Sócrates é branco"; "Sócrates não é branco"); 2) de coisas universais e de maneira universal (por ex. "Todo homem é branco"; "Nem todo homem é branco"; "Nenhum homem é branco"; "Algum (*tis*) homem é branco"); 3) de coisas universais e de maneira não universal (por ex. "Homem é branco"; "Homem não é branco").

A contraditoriedade no primeiro grupo não coloca problemas, pelo menos no que diz respeito ao presente e ao passado, já que o caso das asserções acerca do futuro de individuais será examinado justamente no cap. 9.

No segundo, as afirmações/negações podem ser tanto *contrárias* ("Todo homem é branco" / "Nenhum homem é branco") quanto *contraditórias* ("Todo homem é branco" / "Nem todo homem é branco"; "Nenhum homem é branco" / "Algum homem é branco"). Note-se que em *De int.* 7 Aristóteles não toma as afirmações/negações parciais (*en mérei* ou *katà méros*) como um grupo separado, como faz nos *Primeiros Analíticos* (*An. pr.* I 1, 24a 17; 2, 25a 8 s.; II 1, 53a 3 s.)<sup>15</sup>. As parciais são as contraditórias das universais (cf. 17a 16-20).

Mas o terceiro grupo apresenta um problema de anfibolia (cf. 17b 8; *SE* 2). Com efeito, "homem é branco" e "homem não é branco" podem equivaler, respectivamente, a "todo homem é branco" e "nenhum homem é branco" (cf. 17b 34 s.) —bem como a "algum homem é branco" e "algum homem não é branco" (cf. *An. pr.* I 7, 29a 27 s.). Nesse caso, as asserções "homem é branco" e "homem não é branco" enquadram-se no segundo grupo, quer como universal quer como parcial. Propriamente, todavia, elas indicam que certo predicado cabe a um universal, como observa Whitaker (p. 91). Não obstante, isso só é possível em virtude de o predicado pertencer a alguma parte ou a todas as partes do universal em questão (*Cat.* 5, 3a 4-5). A natureza dos universais é tal que, quando subjacentes a alguma atribuição sem quantificadores, nunca podemos estar certos de que nos referimos realmente à mesma coisa:

Mas no caso de todas as [asserções] que se referem a universais não de maneira não universal, nem sempre a [contraditória] é verdadeira ou falsa. Com efeito, é juntamente possível dizer com verdade que 'homem é branco' e que 'homem não é branco', bem como que 'homem é belo' e 'homem não é belo' —e se vem a ser algo, ainda não

<sup>15</sup> Mas delas há menção em *De int.* 13, 23a 16 s. Cf. WHITAKER, p. 86.



é. De imediato pode-se crer que é absurdo pelo fato de a frase 'homem não é branco' parecer significar ao mesmo tempo também 'nenhum homem é branco', mas nem significa o mesmo nem é necessariamente ao mesmo tempo. Mas é manifesto também que há uma única negação de uma única afirmação, pois é preciso que a negação negue exatamente o mesmo que a negação nega, e que [o] negue do mesmo, seja esta alguma das coisas individuais ou proveniente de alguma das universais, quer de maneira universal quer de maneira não universal (7, 17b 29-18a 1).

Mais uma vez *pace* Whitaker (p. 92-3), Aristóteles não está admitindo uma exceção, e sim reafirmando tanto o PB quanto a RPC. O que Aristóteles questiona é a contraditoriedade de certas asserções, para além da veste sintático-gramatical das mesmas. As asserções 'homem é branco' e 'homem não é branco' não são realmente contraditórias, e só por isso a RPC não se aplica a elas<sup>16</sup>. Embora a pseudo-contraditoriedade não esteja baseada em uma homonímia, podemos dizer que essas asserções constituem um par contraditório por homonímia. Ainda que impropriamente, elas também podem ser chamadas de contraditórias. E é nesse sentido que, na conclusão do capítulo, Aristóteles diz que "nem toda contraditória é verdadeira ou falsa" (18a 10-1). Se a asserção na voz corresponde a uma opinião (ou juízo) na alma (*De int.* 14), quem tivesse uma dessas duas opiniões ('homem é branco' e 'homem não é branco') não teria uma opinião oposta à de quem tivesse a outra. Aliás, a mesma pessoa tê-las-ia sem estar em contradição consigo mesma. E quem deduzisse uma delas não estaria refutando quem sustenta a outra (cf. Whitaker, p. 94), justamente por elas não serem opostas (cf. *SE* 1, 165a 2-3). Não se trata de dizer, então, que, no caso das asserções acerca de universais e de maneira não universal, ambas as contraditórias são verdadeiras, como faz Whitaker (p. 109). Como está dito no cap. 14 (24b 6), uma opinião verdadeira jamais se opõe a uma opinião verdadeira.

---

<sup>16</sup> Em *De int.* 10 Aristóteles parece tratá-las como contraditórias, mas ele ali está interessado apenas nas negações.

*De int. 8*

O caso do cap. 8 é mais simples, e está baseado na homonímia<sup>17</sup>. Retomando uma questão já abordada no cap. 5, Aristóteles começa dizendo que uma afirmação é una se significa uma única coisa de uma única coisa (18a 12-3). Mas se um único nome vale para duas coisas das quais não resulta uma única coisa, a asserção que o contém não será uma asserção unitária (18a 18 s.). Por exemplo, se se desse o nome 'manto', *himátion*, a cavalo e a homem<sup>18</sup>, a frase "manto é branco"<sup>19</sup> não seria uma única afirmação, e sim duas ("cavalo e homem são brancos" ou "cavalo é branco e homem é branco")<sup>20</sup>, apesar de seu aspecto sintático-gramatical (cf. *SE 2*; 17). Por conseguinte, não é necessário que a contraditória "manto não é branco" seja verdadeira ou falsa (18a 26-7). Mas isso porque tampouco essa asserção será unitária, de modo que, mais uma vez;

<sup>17</sup> *Pace* WHITAKER (p. 96 s.; 102) e ACKRILL, J.: *Aristotle's Categories and De interpretatione*, Oxford: Clarendon Press 1963; p. 131. Esses comentadores parecem não entender que ambigüidade e homonímia não são a mesma coisa. A ambigüidade é apenas um efeito possível da homonímia.

<sup>18</sup> Esses termos estão sem artigo. Aristóteles estaria pensando em um nome próprio? Mas esses exemplos aparecem como nomes comuns em Platão, *Crat.* 385a.

<sup>19</sup> Note-se que as asserções aqui mencionadas entrariam na categoria das asserções não universais acerca de universais, já que não há nenhum quantificador explícito em "homem é branco" e "cavalo é branco".

<sup>20</sup> Aristóteles levanta também a possibilidade de a frase não significar coisa alguma (18a 25). Na verdade, não se tem uma alternativa; pois, segundo *Met.* Gamma 4 (1006b 7), não significar uma única coisa é significar nada. Não há, então, duas possíveis interpretações da frase, *pace* Whitaker (p. 97). O falante, se realmente ele significa algo, necessariamente significa uma única coisa, mas justamente não sabemos o quê. Tampouco é possível que o falante signifique, errando, as duas coisas juntamente como se constituíssem uma unidade, como sugere Whitaker (p. 97; 102). O falante pode ignorar a diferença entre cavalo ou homem, e, nesse caso, terá opiniões errôneas sobre os dois; contudo, o erro estará sempre no juízo, jamais na significação (cf. *De int.* 1). E se ele entende realmente ambas, ele está fazendo realmente duas asserções, ainda que materialmente a asserção seja única, o que constitui sem dúvida um caso de anfíbolia/homonímia. Ao dizer que a frase "manto é branco" não é uma única afirmação. Aristóteles quer dizer, antes, que ela deve ser analisada como duas. Aristóteles põe-se na posição de um interlocutor dialético que não poderia refutar a tese oposta de uma única maneira ou que não poderia responder de uma vez só a uma pergunta que contém tal termo sem se expor a uma refutação (cf. WHITAKER, pp. 99 s.; ARIST. *Top.* V 2).

apenas *por homonímia* ela é a contraditória da afirmação "manto é branco". Assim, não se trata de dizer que ambas as asserções são falsas, como faz Whitaker (p. 109), mas que ambas são duas asserções, ou seja, exprimem duas opiniões, de modo que não temos um único par contraditório.

### **De int. 9**

Chegamos, assim, ao fatídico cap. 9. Ele é demasiadamente extenso para que possamos lê-lo todo aqui. Aristóteles começa, ao mesmo tempo, resumindo os capítulos anteriores e reafirmando a RPC em relação às coisas que são e às que ocorreram, tanto para asserções acerca de universais e de maneira não universal quanto para as singulares. Mas logo acrescenta que "no caso das coisas individuais e que estão para ser, não é do mesmo modo" (18a 33-4). A partir daí temos o argumento fatalista ou determinista, que vai de 18a 34 a 19a 6. Ele pode, contudo, ser dividido em três segmentos. O primeiro limita-se às proposições (18a 33-b 4).

Se, com efeito, toda afirmação ou negação é verdadeira ou falsa, é necessário também que toda coisa ou pertença ou não pertença. Se, com efeito, alguém disser que será algo ou um outro disser que não será essa mesma coisa, é evidente que é necessário que um deles esteja na verdade, se toda afirmação é verdadeira ou falsa. Com efeito, ambas não pertencerão ao mesmo tempo, em relação a tais coisas<sup>21</sup>. Se, com efeito, é verdadeiro dizer que é branco ou que não é branco, é necessário que seja branco ou não branco, e se é branco ou não branco, era verdadeiro afirmar (*phánai*) ou negar. E se não pertence, estará no falso, e se estará no falso, não

<sup>21</sup> Escreve ZADRO: *In questa parte del luogo l'inciso ámpho gár oukh hupárxei háma epi tois toióutois (18a 35-38) riguarda l'attribuzione del predicato, piuttosto che quella della proprietà di essere vero o falso, di cui non si discute, e il futuro è quello abbastanza usato nelle dimostrazioni come indicativo delle conseguenze necessarie (op. cit. p. 248, ad loc.).*

pertence, de modo que é necessário que a afirmação ou a negação seja verdadeira (9, 18a 33-b 4).

O segundo segmento conclui, a partir do primeiro, a necessidade de tudo o que é e vem a ser (18b 5-25) —é aí que a famigerada batalha naval é mencionada pela primeira vez (18b 25). Aqui Aristóteles formula uma refutação errônea do argumento fatalista, que consistiria em dizer que nenhuma das duas contraditórias é verdadeira (18b 17-8). E no terceiro segmento Aristóteles resume o argumento fatalista (18b 26-19a 6). É aqui, aliás, que aparece o assim chamado "argumento preguiçoso", que seria formulado pelo próprio fatalista.

No resto do capítulo, Aristóteles fornece a sua própria solução, refutando a tese fatalista (19a 7-b 3). Vejamos a parte final da refutação de Aristóteles:

É necessário, então, que o que é seja quando for, e que o que não é não seja quando não for. Mas decerto não [é necessário] nem que seja necessário que tudo o que é seja nem que tudo o que não é não seja. Com efeito, não é a mesma coisa que tudo o que é seja por necessidade quando é e o ser sem mais por necessidade. E de semelhante também para o que não é. Para a contraditória também [vale] o mesmo discurso. Tudo é necessário que seja ou não seja, e pelo menos que haja de ser ou não, mas decerto não é necessário, separando-a, dizer uma das duas. Entendo, por exemplo, que é necessário que amanhã haja de ser uma batalha naval ou não haja de ser. Todavia, não é necessário que amanhã venha a ser uma batalha naval nem que não venha a ser. Mas é necessário que venha a ser ou não venha a ser. Por conseguinte, uma vez que as frases são verdadeiras assim como as coisas, é evidente que todas as coisas que estão de maneira tal a ser de qualquer dos dois modos em que calhar que se dê<sup>22</sup> e a admitir os contrários, é necessário que a contraditória também esteja de maneira semelhante. É

<sup>22</sup> Para tal tradução da expressão *hopóter'étukhe*, cf. ZADRO, p. 248 s.

o que acontece com todas as coisas que nem sempre são ou que nem sempre não são. Com efeito, destas é necessário que a outra parte da contraditória seja verdade ou falsidade, mas não esta ou aquela, e sim qualquer uma das duas que calhar que se dê, e verdadeira antes uma do que a outra, mas não decerto já<sup>23</sup> verdadeira ou falsa. Por conseguinte, é evidente que não é necessário que de toda afirmação e negação dos opostos uma seja verdadeira e a outra, falsa, pois não como para as coisas que são assim estão as coisas para as que não são mas que podem ser ou não ser, e sim como foi dito (*De int.* 9; 19a 22-b 4).

Apesar de parecer acreditar que Aristóteles recuse o PB em *De int.* 9, Alonso Muñoz<sup>24</sup> (p. 360 s.) identifica bem o problema: nas linhas 19a 27-32, Aristóteles está denunciando a falácia devida à transposição de operadores modais. Como observa Alonso Muñoz (p. 367), uma sentença do tipo "necessariamente: A ou B" não permite inferir uma do tipo "necessariamente A ou necessariamente B"<sup>25</sup>. Mas justamente por isso Aristóteles não tem a menor necessidade de admitir uma exceção ao PB, como tampouco à RPC. Ou melhor, fica claro que ele não tem a menor intenção de fazê-lo.

Ao mesmo tempo, o caso de *De int.* 9 não é como os dois anteriores, entendo, os dos cap. 7 e 8. Aqui temos efetivamente um par contraditório, e um só. Qual é o problema, então?

Como observa Zadro:

"l'indeterminazione apofantica delle proposizioni in questione è soltanto temporanea e durerà fino a che gli accadimenti futuri, nel divenire presenti, non forniranno alle

<sup>23</sup> A tradução de Anscombe de *ou méntoi éde* por *not thereby*, acolhida por WHITAKER (p. 123; cf. Ackrill, p. 141), não se justifica.

<sup>24</sup> ALONSO, A.: *Liberdade e Causalidade. Ação, responsabilidade e metafísica em Aristóteles*, São Paulo: Discurso Editorial 2002.

<sup>25</sup> Cf. também ZADRO, pp. 265-6.

singolari future la loro base semantica di cui sono momentaneamente prive (p. 82)<sup>26</sup>.

Essa tese pode ser trivial (cf. Salles, p. 235), mas, com alguns ajustes, me parece decididamente verdadeira, tanto no que diz respeito ao texto de Aristóteles quanto ao que diz respeito à realidade.

No final das contas, Aristóteles não faz outra coisa senão aplicar o seu "realismo" aos eventos futuros. Diz ele em *Met. Theta 10*, "não por acharmos com verdade que és branco és branco, e sim por seres branco nós, que dizemos isso, estamos na verdade" (*Met. Theta 10*, 1051b 6-9). Mas se os fatos ou estados de coisas ainda não são, não podemos dizer qual das duas contraditórias é verdadeira. Se não depende de minha opinião verdadeira o fato de Sócrates ser branco agora, tampouco pode depender de minha opinião verdadeira o fato de Sócrates vir a ser branco amanhã.

Enfim, Aristóteles não considera que as asserções sobre eventos futuros não sejam necessariamente ou verdadeiras ou falsas, tampouco que uma asserção possa ser verdadeira sem que sua contraditória seja falsa. Com efeito, quando uma for verdadeira, a outra será necessariamente falsa. O único problema é que nós, *agora*, não podemos saber qual das duas contraditórias é verdadeira, pois ainda falta o fato com base no qual elas são verdadeiras ou falsas. Se amanhã haverá ou não uma batalha naval, só saberemos amanhã, pois só amanhã se verificará ou não o fato.

É preciso esclarecer, contudo, como é possível falar de algo que ainda não é. Em outras palavras, é preciso esclarecer ainda em que sentido se trata de asserções "individuais futuras". Segundo Zadro (p. 251), uma batalha naval de per si não é um individual, mas se torna tal quando acontecer e tomar o nome do lugar em que se deu. Mas isso é um tanto equívoco.

---

<sup>26</sup> Pace HINTIKKA, p. 166.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer em que sentido se trata de uma asserção acerca de algo *individual*. Assim como no caso de *DA III 6*, citado no início desta réplica, ou seja, no caso de "Cléon será branco", deve haver uma substância que funciona como subjacente à predicação, bem como um concomitante que lhe é atribuído, se isso há de ser uma asserção, ou seja, algo passível de ser verdadeiro ou falso (cf. *An. po. I 22*, 83a 1-9). O exemplo da batalha naval não deve, então, induzir em engano: perguntar "se amanhã haverá ou não uma batalha naval" significa perguntar "se amanhã certa pessoa combaterá navalmente com outras pessoas". Com efeito, não há batalhas sem combatentes —lembro, aliás, que "homem caminha" equivale a "homem é caminhante" (*De int. 12*, 21b 9-10). Assim, *individual* é a substância de que se predica, não propriamente o suposto evento.

Em segundo lugar, é preciso esclarecer em que sentido se trata de uma asserção acerca de algo *futuro*. Cléon já é Cléon, ou melhor, um homem, uma substância. O que ele será ou não, é o concomitante branco —os "eventos" muitas vezes não passam de concomitantes das substâncias<sup>27</sup>. Ora, o futuro diz respeito justamente ao fato de pertencer ou não. Com efeito, em *De int. 3* (16b 4 s.) Aristóteles identifica três funções do verbo, *rhêma*: 1) significar (*semainein*); 2) "ser sinal (*semeion*) do que é dito de outro"; 3) "significar em acréscimo (*prossemainein*) um tempo". Apesar de Aristóteles usar sempre, para as três funções, membros da família do verbo *semaino*, a significação em questão nas duas últimas não é da mesma ordem da significação em questão na primeira. A primeira significação é da ordem da *designação*, e por ela o verbo não se distingue do nome (16b 19 s.). Nas outras duas, o verbo é um *indicador*. Com efeito, o verbo indica o quando (*Poet. 20*, 1457a 17), relativamente ao presente do falante, e não designa o tempo, o que presumivelmente é feito pela nome 'tempo', como observa Whitaker (p. 53). E o mesmo vale para a atribuição: é o nome 'atribuição' o que designa a atribuição. Ora, a indicação temporal está relacionada à atribuição ou predicação<sup>28</sup>. E é na função de indicador que "será" pode ser

<sup>27</sup> Fato de que Alonso MUÑOZ (pp. 329-30, n. 3) talvez não se aperceba.

<sup>28</sup> DE RIJK (p. 28; 131) não tem razão em distinguir entre predicação e atribuição.

considerado uma "flexão" (*ptôsis*) de 'é' (cf. 16b 14-8). Por conseguinte, em "Cléon será branco", o futuro diz respeito, por assim dizer, à relação entre "Cléon" e "branco".

## 2. O papel da deliberação em *De int.* 9.

Quanto à menção da deliberação em *De int.* 9, devo dizer, antes de tudo, que não concordo com Salles quando este afirma que o raciocínio prático "*parte de una meta deseada y emprende la búsqueda retroactiva de los medios para alcanzarla*" (p. 9). Isso caracteriza, antes, o raciocínio produtivo (cf. *Met.* Zeta 7-9), embora um raciocínio prático possa requerer um raciocínio produtivo. Aliás, o raciocínio produtivo sempre está subordinado a num raciocínio prático (cf. *EN VI 2*, 1139b 1-4) —além do mais, há uma certa liberdade por parte de Aristóteles no uso dos verbos que designam o fazer. Não obstante, a assim chamada "necessidade a partir de um pressuposto" orienta o raciocínio produtivo, não o prático, ou pelo menos não do mesmo modo. As "coisas relativas ao fim", *tà pròs tà téle*, acerca das quais se dá o raciocínio prático (*EN III 5*, 1112b 12 s.), não têm propriamente o caráter de etapas de um processo. Como observa Besnier<sup>29</sup> (p. 158), "trata-se antes da operação pela qual determinamos que um comportamento é aquilo mediante o que se realizará tal fim que perseguimos no momento" (cf. *EE II 10*, 1226b 33 s.). É verdade que essa ação não deixa de ser um movimento necesario a partir do fim pressuposto, que, no caso da ação, é a *eupraxia* (*WEN VI 2*, 1139b 3), mas justamente não constitui uma etapa necesaria na realização do fim. Em todo caso, o raciocínio produtivo também pode estar presente em *De int.* 9, no momento do "argumento preguiçoso":

Estas e outras desse gênero são as coisas que se seguem, se de toda afirmação e negação, quer para as coisas ditas das universais de maneira universal quer para as coisas individuais, é necessário que, entre as opostas, uma seja

<sup>29</sup> BESNIER, B. "A distinção entre praxis e poiesis em Aristóteles", trad. port. de Vivianne de Castilho Moreira, *Analytica* 3 (1996), pp. 127-163.



verdadeira e a outra, falsa, e nenhuma, nas coisas que vêm a ser, se de qualquer um dos dois modos de que calhá que se dê e todas sejam e venham a ser por necessidade. Por conseguinte, não deveríamos nem deliberar nem empenharmos (*pragmateúesthai*) de modo que, se fizermos isso aí, será isto aqui, e se não fizermos isso aqui, não será (18b 26-33).

A deliberação é um raciocínio prático, mas o que vem depois pode, talvez, indicar um raciocínio produtivo. Seja como for, importa observar que tanto a deliberação quanto o raciocínio produtivo *não* são centrais na refutação aristotélica do fatalismo. Central é a idéia, digamos, da "abertura" do futuro para determinadas coisas, a saber, para as coisas que nem sempre são nem sempre não são:

Se decerto tais coisas são impossíveis —vemos, com efeito, que há um princípio das coisas que serão, ou seja, [as coisas que serão] partem tanto do deliberar quanto do ter feito (*práxai*) algo, e [vemos] que, em geral, nas coisas que não estão sempre em ato se dá que o possível (*dunatón*) seja ou não, nas quais são possíveis (*endékhetai*) ambos, tanto o ser quanto o não ser, e de consequência tanto o vir a ser quanto o não vir a ser; e nos é manifesto que muitas coisas estejam assim, por exemplo, que é possível que esse manto seja cortado e não será cortado, mas se terá consumido antes; mas de maneira semelhante o não ser cortado também é possível, pois não lhe pertenceria o não ser ele antes cortado, se pelo menos não fosse possível o não ser cortado, de modo que, inclusive para os outros processos de vir a ser, todos os que se diz que se dão segundo uma capacidade desse gênero—, é evidente, então, que nem todas as coisas são ou vêm a ser por necessidade, mas umas [acontecem] em qualquer um dos dois modos em que calhá que se dê e, [para estas], não mais ou a afirmação ou a negação é verdadeira, outras mais uma das duas, a saber, a que se dá no mais das vezes de um dos dois modos, e, contudo, admitem que venha a ser o outro também, e não o primeiro dos modos (9, 19a 7-22).

Tanto o raciocínio prático quanto o produtivo são acerca de coisas que podem ser diversamente (*EN VI 3-5 e 8; Rhet. I 3-4*). E quem raciocina em termos práticos ou produtivos ("se fizer isso aí, será isto aqui, e se não fizer isso aqui, não será") implicitamente admite a "abertura" do futuro. E é nesse sentido que a deliberação é mencionada em 18b 31 s., e não propriamente como algo ligado à "liberdade" (cf. Zadro, p. 253). Para Aristóteles nem a deliberação nem o raciocínio produtivo são condições suficientes para que certa coisa venha a ser. Há sempre a possibilidade de obstáculos. Assim como o manto pode consumir-se antes e por isso não ser cortado, é possível deliberar e não ter sucesso na ação, *eupraxia*. Aliás, no caso da deliberação o impedimento pode estar no próprio indivíduo. É a falta de autocontrole, *akrasia* (*EN VII 2-10; 11, 1152a 28 s.*). Por isso, o exemplo da batalha naval é eloqüente. Uma batalha naval é, como observa ainda Zadro (p. 251), "*uno degli eventi più aleatori nel mondo stesso del divenire, dacché è condizionato dalla incertezza della condizione degli uomini nel mare*". Que uma batalha naval se dê ou não, não é determinado pela deliberação, mesmo convergente, dos homens envolvidos, mas depende de tantos outros fatores (cf. *Phys. II 4-6*)<sup>30</sup>.

Se não atentarmos para isso, corremos o risco de atribuir a Aristóteles o contrário do que ele parece entender. E por isso mesmo Salles pode dizer que "Crisipo también está en posición de hacer justicia al supuesto que Aristóteles nos atribuye a todos, a saber, que «si hacemos esto, aquello sucederá, pero si no lo hacemos, entonces no sucederá»" (p. 244).

---

<sup>30</sup> Sobre o papel das causas acidentais, cf. MUÑOZ, A. pp. 370 ss.

Copyright of *Tópicos. Revista de Filosofía* is the property of Universidad Panamericana and its content may not be copied or emailed to multiple sites or posted to a listserv without the copyright holder's express written permission. However, users may print, download, or email articles for individual use.